

# O conceito de teoria crítica da sociedade: de Max Horkheimer a uma linhagem intelectual

The concept of critical theory of society: Max Horkheimer to an intellectual lineage

RICARDO RAMOS SHIOTA

*“Lejos de decantar un formato canónico respecto del cual pudieran medirse desviaciones y apostasías, la vitalidad de la teoría crítica sólo pudo establecerse, y en particular sólo es identificable en esta época, como tradición e incitación apta para plegarse a diferentes continuidades y campos de ejercicio”.*

José Sazbón - El legado teórico de la Escuela de Frankfurt

## RESUMO:

O artigo pretende articular o conceito de teoria crítica e história intelectual. Busco apresentar a formulação inaugural do conceito de teoria crítica por Horkheimer e o debate que o conceito suscitou com Marcuse para transbordá-lo de significado. Defendo a ideia de que a teoria crítica, para além da definição de Max Horkheimer e sua identificação com a “Escola de Frankfurt”, pode ser vista como uma linhagem intelectual – uma família de pensadores comprometidos com um tipo de conhecimento que tem como horizonte a emancipação das formas de dominação e a práxis transformadora. Para demonstrar essa ideia, teoria crítica e “Escola de Frankfurt” são, em parte, dissociadas. É reconstruída a formulação do conceito por Horkheimer, mostrada a crítica de Marcuse e a tréplica de Horkheimer a Marcuse. Em seguida, a teoria crítica é apresentada como linhagem intelectual. Nesta compreensão, ela é concebida como uma reação ao empobrecimento do marxismo feito pelo economicismo e pelo stalinismo, doutrina vigente nos Partidos Comunistas durante as décadas de 1930 a 1950. Por fim, são apontados alguns teóricos críticos situados em outros contextos nacionais e alguns brasileiros que tiveram atuação destacada na primeira metade do século XX, os quais contribuíram para a renovação crítica do pensamento subsequente.

**Palavras-chave:** Teoria crítica; Linhagem intelectual; História intelectual.

## **ABSTRACT:**

The article intends to support a possible combination of the concept of critical theory of society with an intellectual history. I seek to present an inaugural formulation of the Critical Theory of Concept by Horkheimer and debate the concept raised with Marcuse to fill it to the brim with meaning. I support the notion that the Critical Theory, beyond the definition of Max Horkheimer and his identification with the "Frankfurt School", can be seen as an intellectual lineage - a thinkers family committed to a kind of knowledge that has as an horizon the emancipation of domination forms and transformative praxis. To demonstrate this idea, the Critical Theory and the "Frankfurt School" are partly dissociated. The formulation of Horkheimer's concept is rebuilt, Marcuse's Criticism is shown and a rejoinder of Horkheimer to Marcuse. Next, the Critical Theory and presented as an intellectual lineage. Understanding this, It is conceived as a reaction to the impoverishment of Marxism Made By economicism and Stalinism, prevailing doctrine in the Communist Parties during the Decades of 1930 to 1950. Finally, we pointed out some theoretical Critics located in Other National Contexts and Then , Some Brazilian that had highlighted Performances on the First Half of the twentieth Century and contributed to the critical renewal of the subsequent thought.

**Keywords:** Critical theory; Intellectual lineage; Intellectual history.

## **1. TEORIA CRÍTICA E “ESCOLA DE FRANKFURT”**

A teoria crítica tem sido identificada à “Escola de Frankfurt” por inúmeros intérpretes (FREITAG, 1973; JAY, 1989; BRONNER, 1997; HONNETH, 1999). Porém, a teoria crítica é um conceito criado por Max Horkheimer, em particular. Ademais, como informa Freitag (1973), esta associação é posterior à publicação dos trabalhos mais significativos de Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin, Pollock, Neumann, Kirchheimer e Habermas. Ainda segundo a intérprete, a expressão “Escola de Frankfurt” sugere a existência de uma unidade geográfica que deixou de existir no pós-guerra e refere-se a uma produção intelectual tecida, em sua maior parte, fora de Frankfurt. O termo escola também remete a uma suposta identidade teórica inexistente neste grupo de pensadores.

Com o termo “Escola de Frankfurt” procura-se designar a institucionalização dos trabalhos de um grupo de intelectuais marxistas, não ortodoxos, que na década dos anos 20

permaneceram à margem de um marxismo-leninismo “clássico”, seja em sua versão teórico-ideológica, seja em sua linha militante e partidária (FREITAG, 1973, p.10).

A “Escola de Frankfurt” distinguiu-se em virtude de uma postura mais acadêmica, de transplantar o marxismo para o interior da universidade e lhe conferir legitimidade enquanto ferramenta heurística de conhecimento da realidade. Creio que a recusa da “Escola de Frankfurt” ao engajamento militante e partidário seja decorrente das próprias condições históricas nas quais se desenvolveu. Pois o intenso processo de industrialização da Alemanha foi tardio em relação à França e à Inglaterra e fez com que a revolução socialista estivesse na ordem do dia no século XX, até ser esmagada no início da década de 1920, evento que coincidiu com a ascensão do nacional-socialismo. Desse modo, a ausência de uma preocupação político-partidária nesses autores pode ser vista como efeito do contexto histórico contrarrevolucionário no qual elaboraram suas teses.

Na Alemanha o Estado foi o ator principal do processo de desenvolvimento capitalista, ao lado de elites empresariais e funcionários estatais. O país não possuía uma burguesia capaz de impor sua vontade a todo o conjunto da sociedade. Em vez da burguesia, eram os grandes latifundiários (Junkers) aristocratas agrários – apegados ao autoritarismo e ao militarismo – quem detinha poder econômico e dividia com a casta de funcionários estatais o poder político (KALBERG, 2010). Na Frankfurt dos anos 1920, durante a República de Weimar, inaugurada após o trauma da guerra, uma burguesia rica e receptiva empreendia na cultura. A vida cultural da cidade era agitada pela recém-fundada universidade de Frankfurt, pela existência de um jornal liberal, pela criação de uma emissora de rádio aberta à experimentação e pela Casa de Instrução dos Judeus Livres (HONNETH, 1999). A cidade propiciava um clima intelectual favorável às atividades do Instituto, o qual foi se deteriorando com a ascensão do nazismo.

O Instituto para a Pesquisa Social foi fundado em 1924, vinculado à Universidade de Frankfurt, sob o incentivo financeiro de Felix Weil – filho de um argentino abastado que doou parte da fortuna para a criação do Instituto. Nos primeiros anos foram realizadas pesquisas sobre a história do socialismo. Somente em 1930, em discurso ao tomar posse da direção do Instituto para a Pesquisa Social, Horkheimer

(1999) apresentou o que seria um programa de uma teoria crítica da sociedade. Deste modo, a expressão teoria crítica foi criada por este pensador e compreendida de modo específico: um conhecimento preocupado com a ação e não com a busca de pureza ou de neutralidade.

Segundo Martin Jay (1989) a teoria crítica foi concebida como um tipo de investigação aliada à práxis, ou seja, interessada em produzir teoria como uma forma de dar direção para a ação transformadora. “La teoría crítica tenía un concepto básicamente insustancial de la razón y la verdad, arraigado en condiciones sociales y a la vez fuera de ellas, conectado con la praxis e no obstante, guardando las distancias respecto de esta” (JAY, 1989, p.1117). A razão e a verdade, no sentido que a filosofia alemã idealista definiu esses termos, são categorias vistas pela teoria crítica como imanentes, estão situados na sociedade, contidos nas reivindicações dos agentes. São realidades potenciais que precisam ser realizadas nas relações sociais, contra a irracionalidade da sociedade atual.

Por sua vez, Gian Enrico Rusconi (1969) defende que a teoria crítica, para além da “Escola de Frankfurt”, “es, por un lado, construcción analítica de los fenómenos teóricos y, por el otro, referencia de estos a las fuerzas sociales que los sustentan” (p.203). Nesta mesma linha, Helmut Dubiel (1985) advoga que a identidade da teoria crítica estaria na sua “capacidade para orientar a luta política”, para elaborar parâmetros abstratos que guiam a ação; identidade menos semântica do que funcional. Também Marcos Nobre (2004) dissocia a teoria crítica da “Escola de Frankfurt”. Para ele uma teoria crítica carrega consigo o horizonte de emancipação das relações sociais de dominação vigentes; é um tipo de conhecimento que questiona a separação entre teoria e prática e que é capaz de ver “o que existe da perspectiva do novo que ainda não nasceu, mas que se encontra em germe no existente” (p.10). O presente artigo indaga o sentido fundamental da teoria crítica seguindo as pistas destes intérpretes.

Para isso, primeiro é reconstruído o projeto de teoria crítica de Max Horkheimer em sua primeira formulação. Em seguida é apontada a reação de Herbert Marcuse ao mesmo. Após apresentar a formulação inaugural da teoria crítica, é defendida a pertinência de concebê-la como uma linhagem intelectual. Por fim, é sugerida a existência de uma linhagem de teóricos críticos brasileiros.

## 2. A FORMULAÇÃO INAUGURAL DA TEORIA CRÍTICA

Para reconstruir a formulação inaugural da teoria crítica este artigo usa como fonte dois textos de Horkheimer — “A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de Pesquisa Social”, de 1931, e “Teoria tradicional e teoria crítica”, de 1937 — e um texto de Marcuse — “Filosofia e teoria crítica”, de 1937. Dois trabalhos de Horkheimer, o primeiro teve caráter programático, enquanto o segundo pode ser tomado quase como seu desfecho. Antes de discutir esses textos, convém explicitar a filiação destes autores à dialética materialista, reconhecida por eles como meio heurístico de conhecimento do real que não excluía outras fontes e filiações teóricas.

A identidade estabelecida por Hegel entre realidade e racionalidade se tornou um grande problema para Marx e para a formulação inaugural da teoria crítica. Marx questionou Hegel e recusou essa associação. Como se poderia chamar de racional uma realidade que submete e domina os indivíduos-sociais e destrói a natureza? Diante deste problema Marx respondeu: a razão sempre existiu, porém nem sempre se manifestou na sua forma racional.

La razón ha existido siempre, pero no siempre bajo su forma razonable. El crítico puede por lo tanto comenzar por cualquier forma de conciencia teórica y práctica y por las formas peculiares de la realidad existente, para desarrollar la verdadera realidad como su obligación y fin último. En cuanto a la vida real, es precisamente el estado político – en todas sus formas modernas- el que, aún cuando no está conscientemente imbuido en las exigencias socialistas, contiene las exigencias de la razón. Y el estado político no se detiene allí. Por todas partes supone que la razón ha sido materializada. Pero precisamente por esto es que cae siempre en la contradicción entre su función ideal y sus prerequisites reales (MARX, 1843, p. 2)

Para Marx o que se realiza não é uma forma racional da racionalidade, mas uma forma de racionalidade irracional social e historicamente produzida. A razão é pensada na chave da distinção hegeliana entre entendimento (consolidação,

descrição do existente e legitimação do vigente) e razão negativa (transfiguração, decifração da essência e aparência); ademais, os fins da razão estão ligados à liberdade, à igualdade, à autonomia dos indivíduos, conforme o idealismo alemão. Engels asseverou que a classe operária é herdeira do idealismo alemão. Horkheimer ao pensar a teoria crítica a defende como crítica ao existente e elege como seus portadores todos os interessados em se emancipar dos arranjos de dominação existentes nas relações humanas. Ao tratar o problema da verdade, Horkheimer constrói a ideia segundo a qual a teoria crítica corresponde a determinados interesses de grupos sociais.

Os grandes sistemas de filosofia europeia eram sempre destinados a uma elite educada e não funcionavam diante das necessidades psíquicas daquela parcela de cidadãos e camponeses em vias de empobrecimento e aviltamento social, os quais, por outro lado, estão ligados necessariamente, pela educação, pelo trabalho e pela esperança, a esta forma de sociedade e não conseguem acreditar na sua transitoriedade (HORKHEIMER, 1990, p.144).

Assim a teoria crítica reabilita o “[...] o imperativo categórico de derrubar todas as condições em que o homem surge como um ser humilhado, escravizado, abandonado, desprezível [...]” (MARX, 2005, p.151). Ela é a crítica do existente. Uma das características da teoria crítica consiste na crítica imanente, isto é, a cobrança das promessas emancipatórias mediante a consideração das condições concretas para a emancipação, traduzida tanto na recusa de um normativismo abstrato quanto no utopismo ingênuo. Marcuse (1969), por exemplo, afirma que os ideais do iluminismo (liberdade, autonomia, igualdade, fraternidade) tornaram-se possíveis de ser realizados nas relações sociais a partir do desenvolvimento da grande indústria. A crítica imanente se sustenta no processo histórico, respeita o movimento de seu objeto e busca conhecer as condições concretas nas quais intervém.

Assim, a teoria crítica avança em relação a um tipo de crítica que se sustenta na eticidade, em padrões, formas, princípios que podem ser exteriores, que pressupõem a vida social ou *a priori*. Como Marx (2005) percebeu: o conflito da sociedade não é com seu conceito ideal, mas esboça-se consigo mesma, de modo

imane a sua cisão em classes sociais. Trata-se de um conflito que requer uma solução prática, ação transformadora, práxis. Ademais, em continuidade ao trabalho teórico de Marx, a teoria crítica “mostrou também que é possível se apropriar de teorias não-críticas para a elaboração de um diagnóstico crítico do presente” (NOBRE, 2008, p,17). Abre-se para um diálogo com a empiria, com as ciências especializadas e com a teoria tradicional.

Estes elementos são fundamentais para compreender o projeto inicial da teoria crítica da sociedade de Max Horkheimer, porquanto este pensador pretendia ir além de uma dialética do movimento conceitual, em vista da realização da razão (cujos fins são autonomia, liberdade) nas relações sociais.

## 2.1 UM DISCURSO PROGRAMÁTICO

No texto “A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de Pesquisa Social”, redigido em 1931 como discurso de posse de Horkheimer na direção do Instituto, é exposta uma ordem de questões<sup>1</sup> que nortearam o trabalho da instituição nos anos seguintes. No texto é constatada a “[...] dificuldade peculiar da filosofia social [...] de inter-relacionar universal e particular, projeto teórico e experiência individual [...]” (HORKHEIMER, 1999, p.132). O problema de método residia em como aproximar teoria e pesquisa social empírica, filosofia social e ciências especializadas. Como estabelecer uma relação entre teoria e pesquisa?

No contexto intelectual europeu da época, de um lado, a filosofia analítica afirmava-se como especulativa, considerava-se superior e rivalizava com a ciência, buscando preservar a verdade do cotidiano. De outro lado havia o empirismo rasteiro. O positivismo, mesmo na versão mais sofisticada do Círculo de Viena<sup>2</sup>,

---

<sup>1</sup>A síntese dessas questões teóricas está presente no seguinte problema suscitado pelo autor: “[...] quais conexões é possível apurar — num determinado grupo social, num período determinado, em determinados países — entre o papel desse grupo no processo econômico, a transformação ocorrida na estrutura psíquica de seus membros singulares e os pensamentos e as instituições que agem sobre esse mesmo grupo, como totalidade menor no todo da sociedade e que são, por sua vez, seu produto?” (HORKHEIMER, 1999, p. 131).

<sup>2</sup>*Grosso modo*, o Círculo de Viena reuniu um grupo de cientistas, lógicos e filósofos em torno da figura de Rudolf Carnap (1891-1970). Os intelectuais reunidos nesse grupo inspiraram-se nas ideias de Bertrand Russell (1872-1970) e Ludwig Wittgenstein (1889-1951), vistos como os principais representantes da “concepção científica do mundo”. Eles justificam o conhecimento científico pelo critério da verificabilidade empírica, da eliminação de conceitos vazios e de problemas metafísicos; defendem o uso da lógica simbólica

recusava a filosofia e a metafísica, entendidas como especulação, em nome da defesa da verificação lógica do conhecimento.

No panorama intelectual da época, as especulações teóricas estavam dissociadas das investigações empíricas, e estas não dialogavam com as teorias. Tal como a problemática que informa a *Novum Organum* de Francis Bacon, na qual se propunha recomeçar todo o edifício da ciência até então praticada, inicialmente a teoria crítica “insurge-se simultaneamente contra uma ciência teórica fechada sobre seus próprios axiomas e contra o empirismo ingênuo, improfícuo e sem estrutura” (EVANGELISTA DE SOUSA, 1991, p.10). Pois, enquanto a teoria pode levar a uma compreensão global da sociedade, a investigação empírica destituída de uma problemática teórica presta-se para fins administrativos (ADORNO, HORKHEIMER, 1973). A teoria crítica também se interessa pela prática, entretanto tem como horizonte a emancipação.

Helmult Dubiel (1985) designa este momento da trajetória de Horkheimer (1930-1937) como o do materialismo interdisciplinar. Nesta formulação, Horkheimer (1999) aproxima dialética e pesquisa empírica, mantendo a dialética como eixo vertical de análise da interação horizontal das ciências especializadas para uma apreensão da totalidade, sob o prisma da realização da razão. Apropria-se da dialética como recurso heurístico de interpretação, isto é, meio de investigação conceitual que reconstrói intelectualmente a sociedade para que a mesma possa ser apreendida e transformada.

Neste primeiro momento, Horkheimer (1999) tinha como objetivo salvaguardar a perspectiva da totalidade, perante a especialização científica, por meio de uma teoria que mediasse a empiria e fosse conhecimento de si da realidade. Horkheimer propunha uma interpenetração e desenvolvimento dialético entre teoria filosófica e a prática das ciências especializadas (economia, psicanálise, sociologia, antropologia). Defendia um projeto de, sem perder de vista a totalidade, integrar especialistas a partir da filosofia do materialismo dialético, “colocar um grande aparato de pesquisa empírica a serviço dos problemas filosóficos sociais” (HORKHEIMER, 1999, p.129). O autor defendia a interdisciplinaridade conduzida

---

como instrumento do pensar e meio de clarificar a linguagem científica. A lógica simbólica não difere da lógica clássica da identidade, mas constitui uma versão mais técnica e universal da lógica proposicional, que estuda a forma dos argumentos. Cf. ARANHA, 2009.



por problemas filosóficos gerais e a finalidade da teoria como a elaboração de um conhecimento de si da sociedade para mediatizar a práxis transformadora.

Horkheimer pensa uma primeira possibilidade de efetivar a razão nas relações sociais por meio da realização da perspectiva da totalidade no âmbito das ciências e a interação de âmbitos específicos. A análise do todo se valeria do prisma e da indagação de uma prática política de realização da razão na sociedade, tal como o seu sentido clássico na filosofia alemã. A nova função da filosofia social é a de converter-se em mediação de uma prática política emancipatória. Como mostra Alves (2004) não existe uma identidade entre teoria e prática revolucionária, teoria e organização ou partido, mas uma relação de conhecimento entre filosofia social e ciências especializadas. Acrescento: teoria interessada na emancipação.

Rusconi (1969) esclarece que “para Horkheimer a validade – mais ainda, o caráter significativo de um pensamento está diretamente relacionado com sua função social progressiva ou regressiva” (p. 203). Horkheimer, porém, é criticado por Axel Honneth, acusado de um “funcionalismo fechado”, centrado no conflito entre forças produtivas, relações de produção e trabalho social e preso a uma filosofia da história que reduz o processo histórico a uma dimensão de dominação da natureza e apresenta uma sociedade totalmente integrada. Porém, reconhece o valor atual do que denomina de “objetivo metodológico” da teoria crítica.

Entre as numerosas tentativas empreendidas no período entre as duas guerras mundiais para desenvolver o marxismo de modo produtivo, a teoria crítica assume posição de realce. Não foram tanto os seus princípios teóricos quanto, acima de tudo, seus objetivos metodológicos que distinguiam essa teoria de abordagens comparáveis; esses objetivos resultaram de um reconhecimento franco e programático das disciplinas especializadas. A utilização sistemática de todas as disciplinas de pesquisa da ciência social no desenvolvimento de uma teoria materialista da sociedade foi o principal objetivo da teoria crítica; com isso, ela esperava superar o velho purismo teórico do materialismo histórico e reservar um lugar para a possibilidade de uma proveitosa fusão fecunda entre a ciência social acadêmica e a teoria marxista (HONNETH, 1990, p.144)

Assim, a teoria crítica da sociedade surge no projeto de Horkheimer (1999) para o

Instituto para a Pesquisa Social de Frankfurt associando dialética, pesquisa empírica e interdisciplinaridade. Ademais, dois elementos acompanham a teoria crítica nesta formulação originária: a perspectiva da totalidade e a função de autognose, isto é, de oferecer um conhecimento de si da realidade, um diagnóstico do tempo acompanhado de uma visão normativa. A teoria crítica, desse modo, devia ser capaz de dar respostas substantivas aos problemas filosóficos e sociais de seu tempo, de conduzir a uma práxis emancipadora.

## 2.2. TEORIA TRADICIONAL E TEORIA CRÍTICA

Helmult Dubiel (1985) afirma que o momento do materialismo interdisciplinar (1930-1937) é sucedido pelo momento da teoria crítica (1937-1940) na trajetória intelectual de Horkheimer. A teoria crítica é pensada como ação, enquanto a teoria tradicional busca a pureza. A ciência é vista como força produtiva e relação social de produção que pode ou não legitimar o *status quo*. Horkheimer indaga qual o potencial revolucionário do processo de racionalização. Reconhece que a teoria tradicional faz parte da totalidade social e tem importância para o desenvolvimento das lutas sociais, para a teoria e práxis críticas. Por conseguinte, na nova formulação, a teoria crítica deveria exercer ação recíproca com a teoria tradicional, no sentido de desempenhar uma influência libertadora e ser capaz de oferecer uma compreensão do tempo presente.

*Teoria tradicional e teoria crítica* seria quase um obituário do projeto inicial de Max Horkheimer na direção do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt: “[...] as contradições que encerra e seu caráter tardio em relação aos primeiros escritos de Horkheimer aproximam-no mais de um fecho ou balanço inicial da teoria crítica, orientada pela ideia de um materialismo interdisciplinar” (MUSSE, 1996, p.84).

Horkheimer (1975) apresenta a correspondência do desenvolvimento científico com a ordem social ou o modo de produção capitalista, expondo as funções e limitações do fazer científico tradicional através de uma concepção crítica de teoria que confronta o modo tradicional de conceber a ciência com suas próprias pretensões. O conhecimento da totalidade torna-se mediação da emancipação humana, da teoria para uma práxis emancipatória. Implicitamente, ele defende a concepção segundo a

qual lógica e política, conhecimento e emancipação, sujeito e objeto, teoria e prática, necessidade e liberdade formam unidades dialéticas, não podendo ser tomados isoladamente nem transformados em dicotomias. A elaboração teórica é vista como atividade política interessada que faculta uma prática. Ambas as concepções teóricas (crítica e tradicional) acabam assumindo determinadas funções sociais; no caso da teoria crítica, sua função diferenciadora envolve o “*comportamento crítico*” e a “*orientação para a emancipação*”.

A teoria tradicional, segundo ele, é um modo de construção de teorias fundado no modelo das ciências naturais, cuja origem remete aos primórdios da filosofia moderna, com a pretensão cartesiana de estender a dedução matemática à totalidade dos conhecimentos. Para esta concepção, a “teoria equivale a uma sinopse de proposições de um campo especializado, ligadas de tal modo entre si que se poderiam deduzir de algumas dessas teorias todas as demais” (HORKHEIMER, p.125). Por meio de um sistema científico composto de um núcleo de proposições e axiomas, poder-se-ia deduzir a ordem do mundo, inferir novos conhecimentos e predicar novos procedimentos a partir daqueles já adquiridos pelo sistema formal e fechado. Mas, contra essa concepção, Horkheimer pondera que “as teorias correspondem sempre a determinadas atitudes em relação à dominação existente” (NOBRE, 2008, p.13). Não são neutras nem puras.

Este sistema, proposto pela teoria tradicional, não admite a contradição porque é um aparato conceitual elaborado no plano da lógica formal, da identidade. Lógica que rejeita a contradição, o movimento do real, não considera o sujeito e sua ação como parte da totalidade. A lógica formal que justifica a teoria tradicional se apresenta como um sistema à parte do mundo e autorreferente de racionalidade. Apesar de não abranger um plano formativo (*Bildung*), a teoria tradicional identifica-se com a dimensão técnica da *Science*, oferece um domínio sobre os fatos naturais e humanos, controla-os em favor do desenvolvimento das forças produtivas e da autorreprodução da forma irracional de razão.

Horkheimer (1975) questiona a teoria esboçada de cima para baixo, elaborada sem o contato direto com os problemas de uma ciência particular, bem como a teoria que se presta a catalogar fatos.

[...] Tem-se sempre, de um lado, o saber formulado intelectualmente e, de outro, um fato concreto (*Sachverdhalt*) que deve ser subsumido por esse saber subsumir, isto é, este estabelecer a relação entre a mera percepção ou constatação do fato concreto e a ordem conceitual do nosso saber chama-se explicação teórica (HORKHEIMER, 1975, p.120).

A teoria tradicional converte a realidade em formalismo matemático ou conjunto de cálculos, apresentando nexos pelos quais os fatos podem ser apresentados em relação a outros fatos, por meio dos quais se possam predizer novos fatos. Assim, ela estabelece nexos entre fatos apreendidos sob a forma de conhecimento dos fatos por um conjunto abstrato de proposições, conexões que oferecem sustento para que os fatos convertidos em proposições possam deduzir novos fatos. Os fatos para a teoria tradicional, ao serem traduzidos em elementos de proposições, princípios, leis gerais e axiomas, são automaticamente convertidos em elementos da teoria, sem se tornarem um problema ou objetos de análise.

O que o autor revela é a incapacidade dessa forma de construir teoria de elaborar um ‘conhecimento de si da realidade’: a impossibilidade de referir-se ao contexto em que atua. A ciência abstrai o seu funcionamento na divisão do trabalho como força produtiva e relação social. “O cientista e sua ciência estão atrelados ao aparelho social, suas realizações constituem um momento da autopreservação e da reprodução contínua do existente, independente daquilo que imaginam a respeito disso” (HORKHEIMER, 1975, p.131). Apesar de ter um conjunto de pressupostos que orientam seu fazer teórico, a teoria tradicional não desenvolve elementos que ofereçam uma compreensão de sua própria realidade de construção; apresenta-se, antes, como uma produção social que não se concebe enquanto tal.

Tanto a fecundidade de nexos recém-descobertos para a modificação da forma do conhecimento existente, como a aplicação deste conhecimento aos fatos são determinações que não têm origens em elementos puramente lógicos, mas só podem ser compreendidos em conexão com os processos sociais reais [...] Tanto quanto a influência do material sobre a teoria, a aplicação da teoria sobre o material não é apenas um processo social. Afinal, a relação entre hipóteses e fatos não se realiza na cabeça dos cientistas, mas na indústria [...] (HORKHEIMER, 1975, p.122).

A explicação teórica tradicional, segundo ele, de um lado postula um saber previamente formulado e de outro lado, fatos concretos a serem subsumidos por esse saber na ordem conceitual hierárquica, através de classificações descritivas ou de cálculos pertencentes ao arcabouço lógico da história. Compete à teoria tradicional o simples registro submisso da realidade sensível como mera sequência de fatos nas ordens conceituais. Partindo de princípios e premissas abstratas e ausentes de pressupostos empíricos, explica-se cada especialidade por meio de sinais lógicos puramente matemáticos. A formalização de poucos princípios significativos, em relação às conclusões e de suposta validade universal, é a expressão perfeita dessa teoria: um discurso pretensamente universal, mas incapaz de questionar suas implicações e seus pressupostos, sua atividade como resultante do processo social.

[...] A própria teoria do cientista especializado não toca de forma alguma o assunto com o qual tem a ver, o sujeito e o objeto são rigorosamente separados, mesmo que se mostre que o acontecimento objetivo venha a ser influenciado posteriormente pela ação humana direta, o que é considerado também na ciência como um fato. O acontecimento objetivo é transcendente à teoria, e a necessidade do conhecimento consiste na independência deste face à teoria: o observador como tal não pode modificar nada no acontecimento [...] (HORKHEIMER, 1975, p.122).

Porém, a sociedade resulta do processo total de trabalho e, embora haja uma divisão do trabalho, a ausência de conexão entre as atividades individuais cria uma falsa totalidade manifesta na especialização ou na fragmentação do objeto por meio de um sistema autorreferente de racionalidade. A ciência não é autônoma nem independente, não está abstraída das demais atividades sociais, e as relações entre hipóteses e fatos se realizam e se confirmam na indústria, assumem inevitavelmente funções políticas.

A ação conjunta dos homens na sociedade é o modo de existência da sua razão, assim utilizam suas forças e confirmam sua essência [...]. Sendo a sociedade dividida em classes e grupos, compreende-se que as construções teóricas mantêm relações diferentes com esta

práxis geral, conforme a sua filiação a um desses grupos ou classes (HORKHEIMER, 1975, p. 136).

Embora não produza valor, a ciência especializada desenvolve as forças produtivas, torna a ordem social possível e contribui para a existência da sociedade na sua forma dada. A representação tradicional de teoria abstrai a existência da divisão social do trabalho; “[...] nesta representação surge, portanto, não a função real da ciência ou o que a teoria representa para a existência humana, mas apenas o que significa na esfera isolada em que é feita sob condições históricas” (HORKHEIMER, 1975, p. 123).

A teoria crítica, por sua vez, não toma os fatos e converte-os automaticamente em proposições sem questioná-los e remetê-los à práxis social. Quanto a isso, vê a própria produção dos fatos já direcionada pela práxis social, sendo pré-formada, porque pressupõe elementos aceitos passivamente. “Os fatos que os sentidos nos fornecem são pré-formados de modo duplo: pelo caráter histórico do objeto percebido e pelo caráter histórico do órgão perceptivo” (HORKHEIMER, 1975, p. 125). A oposição entre passividade e entendimento, o dualismo idealista entre sensibilidade e entendimento são menos válidos para a sociedade do que para o indivíduo.

Para ele, a teoria crítica envolve a gnose no sentido tradicional, pois “[...] no que se refere à transformação essencial, inexistente a percepção concreta correspondente enquanto essas transformações não ocorram de fato [...]” (HORKHEIMER, 1975, p.139). No que concerne aos pressupostos existentes nas teorias sociais, isso significa a existência de valores no ponto de partida do conhecimento social, relação a valores que possuem implicações teóricas e políticas.

Não existe teoria da sociedade nem mesmo a teoria do sociólogo generalizador, que não inclua interesses políticos, e por cuja verdade, ao invés de manter-se numa reflexão aparentemente neutra, não tenha que se decidir ao agir e pensar, ou seja, na própria atividade histórica concreta (HORKHEIMER, 1975, p. 149).

Ao invés do formalismo abstrato da teoria tradicional, a teoria crítica se reconhece

como sendo histórica e interessada na apreensão da totalidade: o *conhecimento de si da realidade* que faculta uma *práxis transformadora*. Por ser elaborada mediante a totalidade da práxis social e como parte dela, a teoria estabelece um vínculo com seu tempo. Ao propor uma transformação, a teoria se torna crítica por intermédio da compreensão profunda de seu tempo, elaborando diagnósticos e prognósticos do tempo. Vinculada à história, produto da práxis humana, a transformação deve servir-se do trabalho teórico existente, da compreensão dos fatos à luz de sua mudança; a imagem do futuro surge da compreensão profunda do presente.

Quanto à solução prática, em suma, ele admite a relação de tensão existente entre os intelectuais críticos e os destinatários de seu conhecimento, expondo que a tarefa do teórico crítico é transpor o hiato de sua compreensão da sociedade e o entendimento de si das massas oprimidas, para as quais o *comportamento crítico* deve exercer atividade. Ao referir-se aos destinatários do conhecimento crítico, ele argumenta em favor de uma “unidade dinâmica” dos intelectuais portadores desse conhecimento com “grupos mais avançados das camadas dominadas” (HORKHEIMER, 1975, p.147), na intenção de permitir que o esclarecimento das contradições sociais seja catalisado em transformação social. A possibilidade de tensão entre o teórico e a classe a que aplica o seu pensar é produto da contradição engendrada pelo conhecimento crítico nos teóricos, nas forças progressivas da classe e na grande massa, demandando um processo de efeitos recíprocos no qual se desenvolveria a “consciência” crítica e simultaneamente suas forças objetivas.

Wolfgang Leo Maar (1993) observa que a incorporação da classe trabalhadora ao capitalismo e a integração do proletariado à ciência positivista, bem como a não realização de uma possibilidade objetiva, constituíram um dos problemas que orientaram a reflexão de Horkheimer. Para ele, o positivismo correspondia ao processo de reificação, elucidado por Lukács (2003), para o qual a lógica do valor de troca imposta pelo modo de produção capitalista atinge a totalidade da sociedade e não apenas as relações econômicas<sup>3</sup>. Embora a transposição dos

---

<sup>3</sup>A reificação engendra uma correspondência entre o modo de produção e o modo de conhecimento do real. Ela faz com que as relações humanas sejam encobertas e mediadas pelas coisas, de modo que as relações sociais assumam a forma da mercadoria e o movimento desta no mercado. Ademais, ela cria uma forma de compreensão do mundo na qual os resultados da atividade humana se tornam independentes e abstraídos do processo concreto de formação pelo trabalho, um modo de entender o mundo mediado pela racionalidade instrumental do mercado. Ver Lukács (2003).

métodos das ciências naturais inviabilize a compreensão da sociedade, a teoria crítica deveria ser capaz de sintetizar os resultados parciais das ciências especializadas e da teoria tradicional para oferecer um conhecimento de si da sociedade.

Para a teoria crítica trata-se de dotar a ação de “racionalidade”, aqui entendida no sentido pleno da razão (*Vernunft*) e não de entendimento (*Verstand*), mediante uma teoria não tradicional, isto é, concebida de modo a não só possibilitar, mas fornecer uma mediação com a prática. Por isto, a reconstrução historicamente adequada da teoria constitui um momento da prática “correta”. E, neste sentido, cabe pensar, em termos políticos, numa aliança dos intelectuais e proletários, em que os primeiros colaboram dotando os trabalhadores com a “teoria” (MAAR, 1993, p.191)

Para a teoria crítica a ação deve ser ponderada, avaliada e julgada pela teoria, vista como uma mediação da prática. Logo, a teoria crítica é convertida em um momento da prática adequada, conforme os interesses de seus portadores, os quais podem estar em uma relação de tensão com o teórico.

Desse modo, Horkheimer (1999) havia colocado o problema de como ir além de uma dialética do movimento conceitual, na qual se poderia realizar a razão nas relações sociais, elaborando o conhecimento de si da realidade a fim de encontrar as condições de realização dos ideais de liberdade, autonomia e emancipação humana postos em marcha na história pela sociedade burguesa. Ele encontra uma resposta a esse problema em termos de uma reorientação da teoria tradicional por meio do *comportamento crítico* e da *orientação para a emancipação*.

Porém, Marcuse (1998), contra a defesa da ciência, chama atenção para o papel antecipador da filosofia com base no conhecimento das tendências de desenvolvimento do real e nos objetivos emancipatórios legados pelas verdades filosóficas, sob a perspectiva indutiva materialista histórica voltada para o conhecimento da totalidade. Para além da crítica à ciência tradicional, propõe Marcuse, a teoria crítica deveria ser realização humana em termos de uma prática emancipatória que intui seu objeto.



### 2.3. FILOSOFIA E TEORIA CRÍTICA

Conforme visto, o ensaio *Teoria tradicional e teoria crítica* apresenta a teoria crítica confrontando a teoria tradicional consigo mesma, com as pretensões desta forma tradicional de teorizar. A teoria crítica seria a teoria que apreende os fatos sob a perspectiva da totalidade e almeja ser *conhecimento de si da realidade*, a fim de facultar sua transformação. Ela é a consciência dos limites da teoria tradicional, dialoga com a mesma, mas recusa os fatos se não forem questionados e remetidos à práxis social hegemônica. A função diferencial da teoria crítica é a *orientação para a emancipação e o comportamento crítico*: reconhece seus pressupostos, seu caráter político e normativo, volta-se para o futuro por meio da elaboração da teoria e da práxis condutora à realização da razão. Existe uma intenção emancipatória declarada no questionamento da teoria tradicional.

Segundo Horkheimer (1975) o comportamento crítico envolve a gnose no sentido tradicional, mas se diferencia pelo ponto de partida: os pressupostos conceituais do discurso ou do conhecimento sobre a sociedade. Logo, versões que não estabelecem tal vínculo e que não partem de um diagnóstico de tempo apenas contribuem irrefletidamente para preservar arranjos sociais de dominação. A teoria crítica lida não só com objeto, mas com sujeitos e agentes sociais, devendo se preocupar com as implicações práticas do conhecimento produzido sobre a sociedade. Há uma crítica do formalismo erigido na filosofia moderna pela admissão do método das ciências naturais, o qual é transposto ao conhecimento da sociedade. Precisamente a relação estabelecida entre teoria crítica e teoria tradicional que é questionada por Marcuse no seu texto de resposta ao debate proposto por Horkheimer no Instituto de Pesquisas Sociais em 1937.

Marcuse (1998) interpela Horkheimer pelo tratamento unidimensional conferido à filosofia, tratada a partir do formalismo da lógica da identidade e pelo modelo das ciências naturais. Horkheimer é acusado de desconsiderar a dimensão mais profunda da filosofia: o interesse desta pela realização da felicidade e autonomia dos agentes; o interesse da filosofia pelas verdades não realizadas na organização social (razão, liberdade, felicidade), abstrações universais que podem ser intuídas, imaginadas como práxis social fundada na utopia – concebida como o

conhecimento das potencialidades engendradas pelas tendências do desenvolvimento da realidade. O referencial científico em demasia no horizonte da teoria crítica, tal como proposta por Horkheimer, a manteria presa à situação vigente, na medida em que a ciência apenas corrobora o *status quo*.

A ciência tradicional esteve, sem dúvida, entregue mais intensamente à ordem estabelecida do que a filosofia. A teoria tradicional elaborou seus conceitos, relacionados com as possibilidades dos homens transcenderem seu estado factual, não na ciência, mas sim na filosofia [...] (MARCUSE, 1998, p.148).

A cientificidade rigorosa pretendida pela teoria crítica nos seus conceitos teria engendrado um “estranho acordo com a filosofia da razão”. Se para essa filosofia as questões humanas abstraíam os fatos dados, a teoria crítica associou-se à ciência, pressupondo que pudesse desvencilhá-la da ordem capitalista. Como produtos sociais do domínio das relações econômicas, porém, [...] “ciência e técnica não podem servir *a priori* como modelo conceitual da teoria crítica” (MARCUSE, 1998, p.157). O autor chama atenção de Horkheimer para que a teoria crítica não sucumba nas suas próprias pretensões à teoria tradicional, não se contamine com o referencial científico excessivo, ao proclamar uma autonomia para expressar a não realização da razão.

A filosofia, com suas verdades (objeto e finalidade) não realizadas e em vias de realização, orientaria melhor a teoria crítica, pois salvaguarda distância do domínio dos fatos. A *fantasia*, em evidente contradição com a cientificidade rigorosa, demanda um âmbito mais profundo de conhecimento: a intuição produtora de objetos, um dos momentos da natureza, a qual é constitutiva (objetivada e objetivante), porém não percebida desse modo. Conforme Marcuse (1998), o que se deseja existe em possibilidade e ainda não tem nome; o plano conceitual não acompanha a teoria crítica, vista como práxis emancipatória. O abismo entre ser e vir-a-ser, presente e futuro, requer uma nova sensibilidade que se entende como natureza, a partir da imaginação e da fantasia para intuir o que está em vias de realização. A *fantasia* vincula o pensamento ao futuro, apoiada na materialidade do presente e enquanto práxis possibilita a criação de novas relações, antecipa a razão que está por se realizar.

Embora a filosofia seja um trabalho abstrato e fundamentado nas relações sociais de existência, resulta do domínio da economia não controlada, ela ocupa-se com os problemas e potencialidades fundamentais do homem como felicidade, razão, liberdade etc. Os problemas filosóficos substanciais dizem respeito ao desenvolvimento histórico concreto, indaga a tendências ainda não realizadas historicamente. Ao ocupar-se das doutrinas filosóficas, a teoria crítica faz a denúncia de seu viés no período burguês.

O debate da teoria crítica com a filosofia está interessado no conteúdo de verdade dos conceitos e problemas filosóficos: pressupõe que a verdade esteja contida neles. [...] A verdade que se conhece na filosofia não é reduzida às relações sociais existentes [...] a verdade que é mais do que uma verdade dos fatos, foi alcançada e compreendida contra as relações históricas existentes [...] (MARCUSE, 1998, p. 149-151).

A filosofia materialista e dialética originou-se do interesse de realizar econômica e politicamente os universais no seio da luta dos grupos subalternos por melhores condições de vida, almejando subordinar a economia às necessidades dos indivíduos ou fazer com que a totalidade das necessidades orientasse a produção social. Marcuse (1998) ateu-se aos conteúdos emancipatórios da filosofia, pretendendo realizar a razão na realidade histórica, mas sem vinculá-la à ciência tradicional. Pois, apesar de a filosofia possuir sua especificidade não abrangida pelas determinações do condicionamento social das ideias –, há uma abstratividade que resguarda essas verdades –, a realização efetiva da filosofia nas relações sociais ocorre de forma exterior mediante a práxis.

Em diálogo com o idealismo alemão, não obstante o vínculo deste com a ordem estabelecida, Marcuse (1998) resgata seus grandes conceitos que dizem respeito à humanidade, com vistas a realizá-los na economia política. Orientado pela razão, efetivar o domínio da felicidade no âmbito do ser é uma questão que vai além das ciências, pois as verdades herdadas pela filosofia dizem respeito à realização humana. O fim da razão é realizar a potencialidade real de liberdade inscrita no desenvolvimento histórico, é a capacidade para intuir um objeto ausente no seu âmbito: a razão anteciparia o momento do real a ser realizado.

Para Marcuse a utopia é o que há de criativo na filosofia. “O elemento utópico foi, na filosofia, durante muito tempo, o elemento progressivo: como as construções dos melhores Estados, do prazer superior, da felicidade (*Gluckseligkeit*) perfeita e da paz perpétua [...]” (MARCUSE, 1998, p.145). A utopia desnuda a função prática da filosofia de confrontar o já alcançado com o ainda não alcançado, de fazer uso da imaginação mediante a tendência de desenvolvimento existente no processo social. A filosofia perde seu caráter especulativo quando aliada à teoria crítica e assume o caráter de conhecimento de si e de transformação da realidade.

Assim, Marcuse (1998) chama atenção de Horkheimer (1975) para o papel antecipador da filosofia com base no conhecimento das tendências de desenvolvimento do real e nos objetivos emancipatórios legados pelas verdades filosóficas, sob a perspectiva indutiva materialista histórica voltada para o conhecimento da totalidade. Para além da crítica à ciência tradicional, a teoria crítica deveria ser realização humana em termos de uma prática emancipatória que intui seu objeto.

Mediante a interpelação de Marcuse ao ensaio *Teoria tradicional e teoria crítica*, Horkheimer (1975b) responde a Marcuse que é necessário desconfiar da consciência que se tem do real e suas tendências, pois os fins postulados como emancipatórios também estão submetidos ao processo social<sup>4</sup>. A resposta está presente no texto *Filosofia e teoria crítica* de Horkheimer (1975b).

Horkheimer (1975b) retoma os argumentos em torno da diferença entre teoria tradicional e teoria crítica, salienta que a herança principal do idealismo alemão para a teoria crítica repousa na concepção de que o trabalho social constrói o mundo e de que seu caráter de classe manifesta-se e imprime-se nas percepções e nas atividades humanas gerais. A autocontemplação da razão converteu-se, na teoria crítica, no conceito materialista de sociedade emancipada (livre e autodeterminada), na qual a individualidade emancipada possa realizar-se. Por conseguinte, a realização de indivíduos livres depende da superação da economia-

---

<sup>4</sup> Este questionamento da teoria crítica sobre os próprios fins permite um diálogo com o pensamento antropológico no sentido de questionar até que ponto as sociedades não ocidentais, indígenas e pouco diferenciadas têm como fundamento de seu modo de vida outros valores. E o que essas sociedades, com suas experiências particulares, podem ensinar para a teoria crítica, interessada em uma nova organização social. Alguns autores como Darcy Ribeiro, Pierre Clastres e Boaventura de Sousa Santos teorizam sobre esses problemas. Porém, emancipação, liberdade e autonomia são valores fundamentais sem os quais não dá para pensar o sentido transformador da teoria crítica.

política burguesa, da consideração das tendências da sociedade, do conhecimento da conexão do conhecimento com seus fins, das lutas históricas, o que não pode ser feito de modo abstrato ou desprovido de um fundamento no existente.

[...] A teoria crítica não almeja de forma alguma apenas uma mera ampliação do saber, ela intenciona emancipar o homem [...] parte do conhecimento de que o desenvolvimento livre dos indivíduos depende da constituição racional da sociedade. Ao focalizar as bases da situação atual ela passa a ser a crítica da economia política (HORKHEIMER, 1975b, p. 157).

Para Horkheimer (1975b) a problematização das tendências e a postulação de fins estão subordinadas ao poder dos homens sobre si mesmos, do mesmo modo que a experiência da situação social conduz ao conformismo e à adaptação. É preciso problematizar o próprio questionamento do problema. Logo, o padrão de medida deve ser historicizado; o modo de conceber o novo não pode apoiar-se numa racionalidade inexistente no real. Citando Lukács (2003) Horkheimer afirma: a antecipação depende das circunstâncias, pois a prática, além de questionar o sujeito, demanda meios organizacionais nos quais a teoria possa ser transformada em ação. O pensamento pode intuir o que vem a ser, mas dependerá sempre da convicção das pessoas. As formas de dominação social impedem a realização da razão, logo a teoria crítica necessita também do dinamismo coletivo e da capacidade de permear a convicção das pessoas.

[...] a crítica ao economicismo não se baseia no abandono da análise econômica, mas na insistência da integridade e da perspectiva histórica. A teoria dialética não faz sua crítica a partir da mera ideia. Já em sua figura idealista, ela refutou a representação de algo bom em si mesmo, que é simplesmente colocado em confrontação com a realidade. Ela não julga de acordo com o que está fora do tempo, mas conforme o que está no tempo (HORKHEIMER, 1975b, p. 160).

Assim, Horkheimer passa a considerar a utopia na história, em vista de uma nova práxis, de um novo princípio de organização social, cujas tendências de desenvolvimento devem refletir concretamente a forma assumida pela existência

social. A crítica da realização vigente de formas irracionais deve pautar-se na situação existente, na realização de interesses individuais antagônicos em vista da constituição de interesses universais, mas, ainda assim, os fins precisam ser também elucidados, mediante as aparências sociais necessárias. Enquanto parte do aparato de dominação, a ciência precisa ser decifrada e compreendida como tal para que se torne possível uma teoria cujo fim é conhecimento de si e transformação da realidade.

Após esse debate, na década de 1940, explicita-se uma reorientação de perspectiva de Horkheimer, que dá continuidade a uma concepção de teoria declaradamente crítica, utópica e política, na qual se delinea a razão em seu conteúdo histórico instrumental. É descartada a possibilidade de restauração de uma nova totalidade (razão objetiva) e a construção de verdades absolutas. Sem dispensar a verdade (razão) como objeto e finalidade, junto com Theodor Adorno, Horkheimer envereda para o pensamento crítico de uma unidade dialética negativa entre razão subjetiva e razão objetiva assentada no conhecimento das tendências históricas, meios pelos quais a razão poderia se realizar na sociedade mediante a ação de indivíduos críticos. A razão mantém-se, mas como vestígio, cuja verdade demanda uma elaboração por meio de fragmentos históricos.

### **3. A TEORIA CRÍTICA COMO LINHAGEM INTELECTUAL**

A historicidade do real e do pensamento impõe restrições para se pensar a formulação conceitual originária da teoria crítica, embora alguns princípios possam ser conservados. É preciso reconhecer que o “comportamento crítico” e a “orientação para a emancipação” assumem novos sentidos em outros tempos e espaços. Porquanto, na tradição da teoria crítica o diagnóstico do tempo (incluindo aí o contexto deste diagnóstico) sempre orienta novas formulações. Desse modo, parece haver uma

imposibilidad de restringir la acepción de “teoría crítica” a las formulaciones inaugurales que dieron de ella sobre todo Horkheimer, pero también Marcuse. Los textos respectivos, con toda la importancia que cabe adjudicarles por el sentido

instaurador que revistieron en su momento, no tienen un valor normativo ni prescriptivo, y menos poseen un significado que pueda correlacionarse con aserciones políticas permanentes en el flujo de producciones a que dio lugar esta orientación filosófico-social (SAZBÓN, 2004, p.182).

Embora José Sazbón, no mencionado texto, vincule a teoria crítica à tradição intelectual da “Escola de Frankfurt”, este artigo busca mostrar que ela não se restringe a esta filiação. Nesse sentido:

hoje a teoria crítica já não é mais apenas um projeto intelectual histórico, cuja origem foi o esforço dos filósofos de Frankfurt [...], mas um amplo horizonte de leituras da sociedade, nas quais o tema da dominação e uma atitude problematizadora, por oposição a uma atitude descritiva se configuram (MAGALHAES, 2007, p.232).

Marcos Nobre (2004, p.50) também desenvolve essa perspectiva. O que lhe interessa:

Não é a existência e a natureza de um vínculo com o instituto de pesquisa social [...] mas sim o sentido que a expressão teoria crítica adquire quando pensamos como caracterizando uma determinada tradição intelectual, muito mais ampla que a gama de autores vinculados ao instituto.

Para ele a teoria crítica pode ser vista como um campo intelectual, no interior do qual podemos distinguir modelos críticos ou modelos diferentes de teoria, entre os quais o dos autores ligados ao Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt. Os princípios de uma teoria crítica são orientação para emancipação e comportamento crítico em relação ao conhecimento produzido e à realidade social estudada. Eles implicam a elaboração de diagnósticos e prognósticos fundados na realidade concreta estudada. Tem um compromisso com a prática transformadora da sociedade no sentido da emancipação dos arranjos de dominação.

Cada pensador crítico põe-se como tarefa apresentar a sua

formulação desses dois princípios fundamentais, em conjunção com o diagnóstico do tempo presente e com o delineamento das tendências exigidos pela orientação para a emancipação presentes em cada momento histórico (NOBRE, 2004, p.57).

A ideia de “modelo crítico”, referência analítica, possibilita a apreensão do vínculo imanente da teoria com o seu tempo histórico através do resgate dos diagnósticos do tempo (elaboração de uma compreensão do presente fundada na possibilidade de sua superação) e dos prognósticos do tempo (dimensão normativa que orienta o sentido das ações transformadoras a serem empreendidas). Ambos elaborados em função da “perspectiva da distância que separa o que existe das possibilidades melhores nele embutidas e não realizadas, vale dizer, à luz da carência do que é frente ao que melhor pode ser” (NOBRE, 2004, p.56). Assim, “a ideia de ‘modelo crítico’ pretende ressaltar que não há teses determinadas, com conteúdos fixos, a que alguém tenha de aderir se quiser fazer parte do campo crítico” (NOBRE, 2008, p.19).

Mediante essas considerações da teoria crítica como um campo intelectual, um horizonte analítico e interpretativo, ou como tradição intelectual, é possível pensar também a existência de uma linhagem de teóricos críticos. Vale dizer, de intelectuais comprometidos com a emancipação das formas de dominação existentes nas relações sociais e com valores como liberdade, autonomia e igualdade. Intelectuais que formam uma linhagem, salvaguardadas as diferenças específicas, comprometida com a elaboração de um conhecimento interessado na transformação social progressista, no sentido da emancipação de todas as formas de dominação.

A genealogia desta linhagem de teóricos críticos deve pensada sem prejuízo de suas mediações internacionais e sem deixar de atentar para a especificidade teórica de cada um desses autores que compõe esta família. Ela também deve conotar as ideias desses intelectuais como uma “forma de luta para ganhar a opinião pública e dirigir intelectual e moralmente a ação de grandes grupos sociais” (BRANDÃO, 2005, 239). Em outras palavras, as teorias críticas também são “momentos da constituição de atores específicos, como tentativas de diagnosticar e resolver problemas reais, de dirigir política e culturalmente a ação de forças sociais determinadas” (BRANDÃO, 2005, p.243). Com a especificidade de elas



defenderem um posicionamento avançado de interesses de classe, de etnia, de gênero, os quais moldam os grupos dominados. Como ensina Brandão:

Nem todos os “pensadores político-sociais” [ou teóricos críticos] se enquadram nesta ou naquela linhagem, em vários convivem almas contrapostas e nem sempre a proclamada é a real; e, como ocorre em toda família, por vezes os mais próximos são os mais distantes, e ninguém pode impedir que um Montecchio se apaixone por uma Capuleto. Sem falar que há sempre figuras marginais, independentes ou bizarras. Mas é aí, felizmente, que está a beleza da análise concreta. Podemos ver em situações como estas misturas menos ou mais consistentes de “ética” de esquerda com “epistemologias” de direita, e vice-versa, polarizações ambíguas ou conciliações produtivas, sublimes coerências ou ecletismos mal temperados, mas o importante é não transformar as “afinidades eletivas” [...] entre materialismo histórico e socialismo, em vias de mão única, relações de causa e efeito ou homologias entre ideologias e posições políticas – até porque toda concepção de mundo é um campo de forças, mantém relações e ramificações em vários grupos sociais e manifestações espirituais, supõe uma direita, uma esquerda e um centro, comporta teorias e interpretações diferentes, de modo que alianças intelectuais entre pensadores politicamente distantes, mas próximos pela forma de pensar, são possíveis (BRANDÃO, 2005, p.241).

Arriscaria dizer que a teoria crítica surge como uma reação contra o marxismo vulgar e economicista, tem sua matriz originária no “marxismo ocidental”, conforme Merleau-Ponty designou e Perry Anderson consagrou, sem, contudo, restringir-se ao marxismo dogmático, conforme a definição de Lukács (2003).

O economicismo marcou época na Segunda Internacional Comunista e na Terceira Internacional Comunista, após a morte de Lênin e o predomínio da “contrarrevolução burocrática do stalinismo no curso dos anos 1920” (LOWY, 2013, p.15). O economicismo é uma teoria da história e da mudança social determinista, inspirada na interpretação unilinear, evolucionista, “etapista” e eurocêntrica do materialismo histórico.

O predomínio do stalinismo entre 1920 e 1950 contribuiu para empobrecer o pensamento marxista através de uma vulgata. “Verdadeira metafísica histórica, este marxismo se transformou em um vulgar evolucionismo, com sua sucessão

necessária de modos de produção e com uma visão da revolução pensada como consequência da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção” (GARCIA, 1990, p.29). Essa concepção tinha uma percepção catastrofista do capitalismo, porém não cogitava que a crise do sistema levaria ao nazismo e ao fascismo e não, necessariamente, ao socialismo. Dela se deduz uma visão fatalista e rupturista da revolução, dissociada da reforma, concebida como episódio épico resultante das contradições econômicas, de forças cegas que determinam as condutas políticas dos agentes (GARCIA, 1990).

Contra essa visão oficial do marxismo, que o reduz a uma teoria econômica determinista ou teoria da insurreição, diversos pensadores se insurgiram em diferentes contextos históricos e intelectuais. Esses, a despeito de suas diferenças, desenvolveram a teoria crítica inaugurada por Karl Marx de modos particulares e fecundos. Produziram, com base em pontos de vista disciplinares diversos (sociologia, história, filosofia, literatura e economia), diferentes modelos críticos. A seguir sugiro alguns intelectuais pertencentes a esta linhagem, sem a pretensão de limitá-la a tais nomes.

Antonio Gramsci (1891-1937) na Itália; Georg Lukács (1885-1971) na Hungria; Otto Bauer (1881-1938), na Áustria; Karl Korsch (1886-1961), Ernst Bloch (1885-1977), Max Horkheimer (1885-1973), Walter Benjamin (1892-1940), Theodor Adorno (1903-1969), Herbert Marcuse (1898-1979), na Alemanha; Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), Jean-Paul Sartre (1905-1980), Henri Lefebvre (1901-1991), Pierre Bourdieu (1930-2002) e Michel Foucault (1926-1984) na França; Louis Althusser (1918-1990) de origem na Argélia; Frantz Fanon (1925-1961) na Martinica; Christopher Hill (1912-2003), Eric Hobsbawm (1917-2012), Raymond Williams (1921-1988), Edward Thompson (1924-1993), Perry Anderson (1938) e David Harvey (1935) na Inglaterra; Paul Sweezy (1910-2004), Léo Huberman (1903-1968), André Gunder Frank (1929-2005), C. Wright Mills (1916-1962), Frederick Jameson (1934) nos EUA. Apesar das diferenças de modelos críticos, todos esses intelectuais recusavam o marxismo vulgar e partidário difundido por Stálin, após este assumir, de modo ditatorial, o comando da URSS.

No contexto intelectual brasileiro, antes do golpe empresarial-militar de 1964, podem ser compreendidos como teóricos críticos Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, em razão da renovação da historiografia brasileira que provocaram

e da elaboração de diagnósticos e prognósticos do tempo acerca da revolução brasileira, não obstante serem filiados ao PCB. Ambos foram perseguidos politicamente e não fizeram carreira na universidade.

Além destes intelectuais, também podem ser considerados teóricos críticos no contexto histórico e intelectual brasileiro anterior ao golpe de 1964: Mário Pedrosa, em razão da crítica à arte moderna e à teoria do PCB da revolução burguesa; Rui Facó e sua atenção para as lutas sociais na formação do povo brasileiro com seu espírito revoltado contra a opressão e a escravidão; Florestan Fernandes, em virtude da teoria da mudança social e dos estudos empíricos; Antônio Cândido, em consequência de sua teorização sobre o caipira e sobre a literatura brasileira; Octávio Ianni, em razão de pensar desigualdade e diversidade de modo articulado; Álvaro Vieira Pinto, em virtude da teorização sobre a consciência ingênua; Guerreiro Ramos, em razão da teoria racial<sup>5</sup>, da crítica às ideias, aos partidos políticos e às organizações que teceu; Ignácio Rangel, em virtude da teorização sobre a dualidade básica da economia brasileira; Costa Pinto, em decorrência da sua teoria sobre o desenvolvimento e os fatores de resistência; Milton Santos, em razão da teoria que constrói acerca do espaço; Darcy Ribeiro, em virtude de sua teorização sobre o direito de autonomia dos povos indígenas; Roberto Cardoso de Oliveira, devido à teoria da fricção interétnica.

Evidentemente, mais nomes podem ser elencados nesta linhagem de teóricos críticos brasileiros. Não tenho a menor pretensão de esgotar o assunto, restrinjo-me a apontar esses autores, os quais começaram a publicar antes de 1964 e contribuíram, de modo decisivo, para a renovação crítica das interpretações do Brasil, então vigentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A teoria crítica da sociedade, ao ser dissociada da Escola de Frankfurt e ser vista como uma tradição ou linhagem intelectual, faculta um diálogo desse campo com a história intelectual.

---

<sup>5</sup> Ver: Shiota (2014)

Ao pensar os elementos constitutivos do conceito de teoria crítica foi possível perceber que, para Horkheimer (1975), o sentido da teoria crítica não deve ser buscado na reprodução da sociedade, mas na transformação desta através da elaboração de um conhecimento que subsidie a ação das forças políticas e sociais – ação que envolve o modo como essas forças estão organizadas. Conforme Jay a formulação inaugural da teoria crítica se destacou em razão de ser “inseparável do debate sobre o que constitui o marxismo ou sobre o alcance e significado de uma teoria concebida com uma intenção prática: a crítica e a subversão da dominação em todas as suas formas” (JAY, 1988, p.127). Nesse sentido a teoria crítica não busca conhecimento puro nem neutro e “só se confirma na prática transformadora das relações sociais” (NOBRE, 2004, p.54). Logo, também os fins e a prática crítica de transformação social são objeto de reflexão da teoria crítica.

Sem restringir o conceito de teoria crítica à formulação inaugural de Max Horkheimer, podemos concebê-lo como uma linhagem de intelectuais que dialogam com a dialética materialista. Sem se restringir a uma identificação com o marxismo dogmático, tal como definido por Lukács (2003), a linhagem da teoria crítica, essa família de pensadores, busca estabelecer uma articulação entre teoria e pesquisa empírica, se abre ao diálogo com as ciências especializadas, com a filosofia e com a teoria tradicional e não descarta a intuição como meio de pensamento (é o caso de Marcuse). Essa família de intelectuais produz teoria com vistas à práxis transformadora das relações de dominação ou, no limite, da sociedade burguesa.

Em suma, orientação para a emancipação e comportamento crítico são os princípios fundamentais da teoria crítica, não obstante serem reelaborados por cada intelectual conforme o tempo e o espaço. O compromisso com a crítica do existente à luz da emancipação, a elaboração de diagnósticos do presente e a proposição de novos princípios de organização social e de relações sociais com base nas condições históricas concretas são o distintivo desta linhagem de pensadores. Cabe à análise concreta apontar as singularidades e as particularidades dos autores e autoras que pertencem a essa linhagem intelectual.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ADORNO, Theodor W. (2004). Lições de Sociologia. Lisboa: Edições 70.

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. (1973). *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Ed. Cultrix.
- ARANHA, Mária Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. (2009). *Filosofando. Introdução à filosofia*. São Paulo; Ed. Moderna.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. (2005). Linhagens do pensamento político brasileiro. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 2, p. 231 a 269.
- ALVES, Luciana Rodrigues. (2004). *A elaboração da teoria crítica da sociedade segundo Lukács e Horkheimer*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). IFCH/UNICAMP: Campinas, p.94.
- BRONNER, Stephen Eric. (1997). *A estrada de Horkheimer*. In:\_\_\_\_\_. *Da teoria crítica e seus teóricos*. Trad. Tomas R. Bueno e Cristian Meneguedo. Campinas: Papirus.
- DUBIEL, Helmut. (1985). *Theory and politics: studies in the development of critical theory*. Londres: MIT Press.
- EVANGELISTA DE SOUSA, Antônio M. Magalhães. (1991).Introdução. In: BACON, Francis. *Novum Organum*.Portugal, Porto: Rés Editora.
- FREITAG, Bárbara. (1973). *A teoria crítica. Ontem e hoje*. 3ed. São Paulo: Cultrix.
- GARCIA, Marco Aurélio. (1990). Reforma ou revolução/ reformas e revolução. *Revista Brasileira de História*.v.10, n.20, p.09-38.
- HONNETH, Axel. (1999). *Teoria crítica*.In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora Unesp.
- HORKHEIMER, Max. (1975).*Teoria tradicional e teoria crítica*. Trad. Edgar Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. In:\_\_\_\_\_. *Pensadores*. 1º ed. São Paulo: Abril cultural, p.117-154.
- \_\_\_\_\_. (1975b). *Filosofia e teoria crítica*. Trad. Edgar Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. In: HORKHEIMER, Max. *Os Pensadores*. 1º ed. São Paulo: Abril cultural, p.155-161.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Teoria crítica I*. Trad. Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, EDUSP.
- \_\_\_\_\_. (1999). *A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de Pesquisas Sociais*. *Praga, 7*. São Paulo: Editora Hucitec, p.121-131.
- JAY, Martin. (1989). *La creacion del Institut fur Socialforschung e sus primeros anos en Francfort; La genesis de la teoria critica*. In:\_\_\_\_\_. *La imaginación dialéctica: una historia de la Escuela de Frankfurt*. Madrid: Altea, Tourus, Alfaguarda, p. 25-149.
- KALBERG, Stephen. (2010). *Max Weber*. Uma Introdução. Rio de Janeiro: Zahar.
- LOWY, Michael. (2013). (org). *Lutas de classe na Rússia*. São Paulo: Boitempo.

LUKÁCS, Georg. (2003). *História e consciência de classe*. Sobre a dialética marxista. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes.

MAAR, Wolfgang Leo. (1988). *A formação da teoria em História e Consciência de Classe de Georg Lukács*. Tese (Doutorado em Filosofia). USP/FFLCH: São Paulo, p, 452.

\_\_\_\_\_. (1993). História e consciência de classe, setenta anos depois. *Novos Estudos*, 36, SP, p.179-194

MAGALHÃES, Raul Francisco. (2007). Ulisses e seu barco: esboço para uma crítica microssociológica à teoria crítica. In: Jessé Souza; MATTOS, Patrícia. *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Anablume.

MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução*. (1969). Hegel e o advento da teoria social. Trad. Marília Barroso. Rio de Janeiro: Editora Saga/AS.

\_\_\_\_\_. *Filosofia e teoria crítica*. (1998). Trad. Robespierre de Oliveira. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 137-159.

MARX, Karl. *Terceira carta de Karl Marx a Arnold Ruge* [1843]. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/m-e/cartas/m09-43.htm>. Acesso: 25/03/2009.

\_\_\_\_\_. (2005). *Introdução*. Crítica da filosofia do direito de Hegel: 1843. Rubens Enderle (Trad.); Leonardo de Deus (Trad.). São Paulo: Boitempo, 167 p.

MUSSE, Ricardo. (1996). *Marxismo: ciência revolucionária ou teoria crítica?*In: ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquiria Leão (org.). *Lukács: um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, p. 84-90.

NOBRE, Marcos. (2004). Crítica e emancipação: em busca dos princípios fundamentais da teoria crítica. *Espacios em blanco. Serie indagaciones*, Buenos Aires, Argentina, v1, n.14.

\_\_\_\_\_. (2008). Introdução. Modelos de teoria crítica; *Max Horkheimer. A teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio*. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papyrus, p. 9-20.

RUSCONI, Gian Enrico. (1969). *Teoria crítica de la sociedad*. Trad. Alberto Méndez. Barcelona: Ediciones Martinez Roca S/A.

SHIOTA, Ricardo Ramos. (2014). Guerreiro Ramos e a questão racial no Brasil. *Temáticas*. Dossiê Pensamento social brasileiro. Campinas. n.43, ano 22.

SAZBÓN, José. (2004). O legado teórico da Escola de Frankfurt. In: DE VITA, Álvaro, BORON, Atílio A. (Org.). *Teoria e filosofia política: a recuperação dos clássicos no debate latinoamericano*. São Paulo: Edusp, Buenos Aires: Clacso, p. 173-203.

### **Ricardo Ramos Shiota**

---

Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp